

UNITED NATIONS



NAÇÕES UNIDAS

Marco de Cooperação das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(2012-2015)

2012

SUMÁRIO

1. Resumo Executivo.....	3
2. Introdução.....	4
3. Seção dos Resultados.....	6
4. Seção sobre Estimativa dos Recursos Necessários.....	12
5. Seção sobre Implementação.....	13
6. Seção sobre Monitoramento e Avaliação.....	14
7. Assinaturas.....	16



1. Resumo Executivo

Este Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento (também conhecido pela sua sigla em inglês, UNDAF, ou seja, *United Nations Development Assistance Framework*), preparado pelo UNCT (do inglês, *United Nations Country Team*) está articulado com a preparação da Análise Conjunta de País (também conhecido pela sua sigla em inglês, CCA, ou seja, *Common Country Analysis*) concluído em maio de 2011. O UNDAF e o CCA são parte da agenda de reforma das Nações Unidas e são produzidos pelos UNCTs globalmente como uma resposta ao desafio lançado pelo Secretário-Geral para que as Nações Unidas articulem uma visão coerente e estratégica com vistas a uma abordagem comum, integrada, na promoção do desenvolvimento dos países.

O fundamento de um UNDAF são as prioridades nacionais de um país. Neste documento, o UNDAF (2012-2015) tem como objetivo oferecer um marco estratégico comum para as atividades das Nações Unidas no Brasil. Desse modo, a coerência e relevância do trabalho interagencial pode contribuir de forma mais efetiva as necessidades presentes no atual estágio de desenvolvimento do país.

Este é o terceiro UNDAF feito para o Brasil. O primeiro compreende o período de 2002-2006 e o segundo de 2007-2011. Esse novo UNDAF reflete a nova realidade brasileira e uma nova visão de cooperação internacional. Nesse contexto, as modalidades de engajamento a serem empregadas sinalizam comprometimento com um modo de atuação e cooperação internacional inovador, menos operacional e mais intensivo em conhecimento, *advocacy* e valor agregado técnico. O Sistema das Nações Unidas no Brasil, em parceria com o Governo do Brasil, elegeu quatro prioridades chave para o seu próximo ciclo de planejamento estratégico:

- **ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) para Todos os Brasileiros e Brasileiras no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento**, para reduzir as desigualdades de raça, etnia, gênero e idade, na avaliação e alcance desses objetivos.
- **Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável**, de modo a incorporar esses novos paradigmas na formulação de políticas públicas, expandir o emprego formal de qualidade, e explorar oportunidades oferecidas pela economia verde, que possam resultar em maior inclusão produtiva, diminuição das desigualdades regionais e também de gênero e de raça, bem como na implementação de uma economia de baixo carbono que seja sustentável.



- **Segurança e Cidadania**, com vistas a melhorar os Sistemas de Justiça e Segurança Pública que garantam a efetivação dos direitos fundamentais, com foco naquelas populações mais vulneráveis por meio de políticas mais integradas e efetivas de prevenção e enfrentamento da violência, inclusive aquela advinda de desastres naturais e emergências.
- **Cooperação Sul-Sul**, para apoiar a expansão da agenda de cooperação do Brasil. Neste sentido, pretende-se promover uma cultura de colaboração entre instituições brasileiras de modo a diversificar os mecanismos de cooperação horizontal, por meio da ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento com a construção conjunta de novas capacidades com parceiros locais a partir da experiência brasileira e sob a liderança do Governo nacional.

2. Introdução

O Brasil conta com uma significativa infra-estrutura, fortalecida por uma economia de grande porte e por instituições do setor público e não-governamentais sólidas. Dispõe assim de significativas capacidades próprias. Ainda existem, porém, desafios a serem enfrentados para seu desenvolvimento, particularmente na dimensão das disparidades regionais, da desigualdade social e étnico-racial. Esses elementos sugerem que o Brasil requer uma relação de trabalho com o Sistema de Nações Unidas adaptada às suas realidades.

A história da cooperação internacional no Brasil mostra que sua contribuição para o planejamento e gestão de programas do Estado Brasileiro foi importante e estratégica. O momento atual, contudo, é de transição, influenciada pela crescente relevância do Brasil no cenário internacional e pela prioridade que hoje dá à superação de deficiências históricas como a erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades.

É neste novo contexto que se apresenta o Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o Brasil no período de 2012 a 2015¹. Esse Marco de cooperação é um instrumento de planejamento estratégico, comum a todas as agências das Nações Unidas que operam dentro do país, oferece uma resposta integrada às prioridades nacionais de desenvolvimento. O documento baseia-se na articulação entre as prioridades nacionais de desenvolvimento e de cooperação internacional do Governo brasileiro e os princípios programáticos adotados pelas Nações Unidas (abordagem dos direitos humanos, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, gestão por resultados e desenvolvimento de capacidades). Constitui igualmente instrumento chave dentro de uma nova agenda de reformas das Nações Unidas com procedimentos operacionais mais harmonizados e

¹ Para a elaboração desse documento são seguidos os parâmetros e referências dadas pelos Guias de Preparação I e II do UNDAF elaborados pelo UNDG (do inglês *United Nations Development Group*, ou seja, 'Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas').



integrados. O novo processo alinha a estratégia do Sistema das Nações Unidas no Brasil ao processo de planejamento nacional. O ciclo do UNDAF tem uma validade de quatro anos, alinhado com a validade do Plano Plurianual do Governo Brasileiro (PPA).

A identificação das áreas prioritárias onde o Sistema das Nações Unidas concentrará seus esforços integrados no Brasil para o período 2012-2015 foi feita de acordo com o CCA 2011 (do inglês, *Common Country Assessment*, ou seja, 'Avaliação Conjunta de Países'), que produziu um diagnóstico sobre o atual contexto de desenvolvimento do Brasil, assim como de seus principais desafios.

Durante o Retiro de Priorização Estratégica para o UNDAF (2012-2015), realizado em março de 2011 em Brasília, com a participação de representantes do Sistema das Nações Unidas e do Governo do Brasil, ficou evidente que existe uma grande intersecção dos princípios norteadores das ações das Nações Unidas e do Governo do Brasil, articuladas por meio de uma matriz conceitual que contempla temas refletidos e consolidados nos quatro Resultados a serem apresentados adiante neste documento.

Pela escolha das prioridades para o próximo ciclo de planejamento, discutidas a seguir, entende-se que o Sistema das Nações Unidas agrega valor ao aportar e aplicar o conhecimento de seus princípios programáticos ao processo de desenvolvimento do país. Dentro do novo momento que vive o Brasil, há espaço para as Nações Unidas contribuírem para os esforços de cooperação horizontal do país, ao mesmo tempo em que atentam para desafios ao desenvolvimento interno identificados nos âmbitos estadual, municipal e junto à sociedade civil organizada. Esse tratamento da espacialidade do desenvolvimento, fundamentado nos princípios programáticos do Sistema das Nações Unidas, aparece em quase todas as áreas prioritárias escolhidas para o próximo UNDAF.

Dentro do novo modelo de cooperação internacional, são fortemente estratégicos para avanços dos países elementos como mobilização institucional, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades, aporte e gestão de conhecimento e sustentabilidade da internalização. No contexto brasileiro, em termos concretos, isso significa a priorização de modalidades de atuação das Nações Unidas para apoiar o país na *advocacy* de prioridades consolidadas (ODMs, redução das desigualdades e erradicação da pobreza), em treinamentos e capacitações, na produção de documentos estratégicos e no registro e disseminação, em escala nacional e internacional, de boas práticas. Para isso, ressalta-se a importância de alinhar as ações do Sistema das Nações Unidas com as prioridades do Governo do Brasil.

O Brasil tem colaborado para a construção de uma agenda internacional de desenvolvimento, por meio de sua participação em fóruns internacionais como o G20, G77, BRICs e IBAs, assim como em missões de paz, entre outras iniciativas, de modo a trabalhar para a construção de consensos em debates internacionais, reforçar o multilateralismo, aprofundar a cooperação sul-sul dentro de uma agenda de cooperação horizontal e, assim, contribuir para um mundo menos assimétrico.



3. Seção dos Resultados

A identificação de áreas nas quais o Sistema das Nações Unidas concentrará seus esforços foi feita por meio dos diagnósticos do CCA 2011, das prioridades nacionais e do valor agregado do Sistema para a promoção do desenvolvimento do Brasil. A partir desses elementos, foram definidas quatro prioridades para o próximo ciclo de programação (2012-2015), que se expressam por meio de resultados-fim.

Foram levadas em conta nesse exercício, em especial, as conclusões do CCA 2011, que sublinha os avanços conquistados pelo país em termos do crescimento econômico, da geração de empregos formais, do aumento da renda, da redução da pobreza, da diminuição da desigualdade social e da insegurança alimentar grave ao longo dos últimos anos, mas constata que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para a transformação dos cenários de vulnerabilidade social. Esse diagnóstico tem importantes implicações para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nacionais e orientou a formulação da primeira das prioridades programáticas desse ciclo UNDAF (2012-2015). Está igualmente presente nas outras duas prioridades.

Por outro lado, os avanços já conquistados pelo país constituem uma base valiosa para a cooperação horizontal brasileira. No contexto em que o Brasil assume um papel de importância regional e global crescente, é estratégico pensar em como o Sistema das Nações Unidas pode ajudar o país a obter importantes ganhos de escala e de qualidade nas políticas públicas nacionais e na sua cooperação internacional.

Segundo o CCA, ademais, o desafio de levar as políticas públicas a todas as pessoas manifesta-se por meio de um conjunto de temáticas complexas, como o respeito aos direitos humanos, a defesa do meio-ambiente, o acesso universal aos serviços de saúde e a oportunidades de trabalho decente, o acesso à educação de qualidade para todos e a igualdade de gênero e raça, entre outras. Nesse contexto, o conhecimento e a capacidade técnica do Sistema das Nações Unidas são elementos importantes para contribuir e promover importantes ganhos de escala, assegurando o acesso universal às políticas públicas com qualidade e equidade.

Resultado do UNDAF 1: ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) para Todos os Brasileiros e Brasileiras no contexto ampliado das Políticas Nacionais de Desenvolvimento

Tendo em vista a meta dos ODMs para o ano 2015, o Sistema das Nações Unidas no Brasil estabeleceu que as suas ações devem focar-se no fortalecimento de um processo de desenvolvimento equitativo e inclusivo, especialmente para os grupos mais excluídos e vulneráveis, no marco dos ODMs. A população brasileira é muito heterogênea, o que se reflete no impacto das políticas públicas sobre a população. Assim, não se pode falar em resultados analisando só as médias estatísticas. É importante tratar de todas as formas de exclusão e de diminuição das desigualdades. Dentro do contexto dos Objetivos de



Desenvolvimento do Milênio, a proposta de levar essas realizações para todas as pessoas no país contempla questões de gênero, raça, idade, etnia e foco nas regiões Norte e Nordeste do país, especialmente no Semiárido e Amazônia, e nas áreas desfavorecidas dos grandes centros urbanos. Esse resultado do UNDAF está subdividido em três áreas que organizam as principais estratégias de atuação integrada.

A primeira área está focalizada na cooperação técnica para a elaboração de indicadores mais específicos, desagregados e sensíveis para medir e qualificar as desigualdades. Espera-se que o Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais possam contar com sistemas de informação nacionais e infranacionais aprimorados, contendo indicadores específicos desagregados geograficamente e sensíveis a gênero, raça, etnia, idade e outras condições pessoais (como deficiência, orientação sexual, AIDS, etc). A segunda área explora uma dimensão de gestão do conhecimento e capacitação mais focada nas políticas públicas. Com isso pretende-se que instituições governamentais, nacionais e subnacionais, bem como da sociedade civil, tenham capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais, e políticas focadas nas populações mais vulneráveis. Por fim, a terceira área visa ao aprimoramento de capacidades institucionais com vistas a responder os desafios apresentados para a gestão de programas específicos nas áreas vinculadas aos objetivos de desenvolvimento do milênio com especial ênfase em aquelas com menores taxas de desenvolvimento.

Essas áreas de resultados contemplam eixos transversais tais como a intersectorialidade, a definição dos grupos populacionais mais desfavorecidos, o monitoramento e a avaliação, a diminuição das desigualdades regionais e intra-regionais, em uma perspectiva de promoção de direitos. Cabe mencionar a importância dada a áreas com grandes privações em centros urbanos no país. O conjunto de modalidades de engajamento das Nações Unidas é construído dentro da nova perspectiva de cooperação referida anteriormente. Ela envolve modalidades como: gestão do conhecimento, *advocacy*, o fortalecimento das capacidades nacionais para o monitoramento e avaliação de políticas públicas e apoio ao fortalecimento de capacidades nas áreas mais vulneráveis em níveis infranacionais, entre outras. É importante destacar que esse resultado está integralmente alinhado a meta do Governo Brasileiro de erradicação da pobreza extrema.

Resultado do UNDAF 2: Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza

Milhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis do mundo em desenvolvimento, encontram-se em estado de pobreza. A recente crise financeira e econômica mundial, aliada a crises de caráter mais estrutural relacionadas com a segurança alimentar, as mudanças climáticas e as fontes de energia, estão dificultando o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.



A erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável não dependem exclusivamente do crescimento econômico, mas também das condições de bem estar humano, da equidade social, da valoração dos bens e serviços ambientais e culturais e do desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável e gerador de emprego decente e renda. A incorporação do paradigma do trabalho decente e da economia verde na estratégia de desenvolvimento do país propõe o resgate e valorização do aumento de renda e a criação de oportunidades de trabalho decente, derivados de investimentos públicos e privados destinados a reduzir as emissões de carbono e de contaminação ambiental, a promover a eficiência energética, e, ainda, a reduzir a perda de biodiversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos²

A trilha do desenvolvimento sustentável deve, portanto, manter, melhorar e, onde necessário, reconstruir, o capital natural e o patrimônio cultural brasileiros como ativo econômico fundamental, base do sistema produtivo e fonte de benefícios públicos, especialmente para segmentos desfavorecidos da população, cuja saúde, segurança alimentar, trabalho e renda serão cada vez mais dependentes de novas oportunidades de negócios, tecnologias verdes e capacidades orientadas à inclusão social e produtiva. O foco do UNDAF neste tema busca contribuir para a integração e a sinergia entre os componentes econômico, social e ambiental do desenvolvimento, por meio da incorporação deste novo paradigma no sistema de políticas públicas e nas estratégias de desenvolvimento do país.

A identificação de oportunidades, riscos e restrições, a formulação de recomendações e de medidas catalisadoras e de transição para uma economia verde e para a geração de trabalho decente em setores indicados nos planos e políticas nacionais como estratégicos para o desenvolvimento constituem o primeiro conjunto de resultados.

O segundo refere-se à gestão do conhecimento, à capacitação, à disseminação de conceitos e à promoção do engajamento dos vários segmentos públicos e privados com vistas a subsidiar processos de formulação de políticas e iniciativas de transição para uma economia verde com a geração de trabalho decente e renda.

A terceira área de resultados tem como objetivo contribuir à ampliação e ao fortalecimento das políticas nacionais de promoção do trabalho decente que contenham um componente de expansão de empregos verdes e, ao mesmo tempo, contribuam para a diminuição das desigualdades sociais.

O escopo de atuação do Sistema das Nações Unidas no âmbito do UNDAF toma como linha de base os planos nacionais, nos níveis federal, estadual e municipal, e as políticas ambientais e de inclusão social, emprego e renda, bem como as estratégias de desenvolvimento produtivo e de competitividade para o levantamento de demandas, a identificação de cadeias produtivas, a análise de modelos e a realização de estimativas de custo/benefício e de opções tecnológicas, dentre outros elementos necessários para o

² Serviços ecossistêmicos são aqueles prestados pelas florestas na absorção do CO₂, na proteção às nascentes e cursos de água, na regulação do clima, na fertilização dos solos, na proteção contra o avanço do mar e das enchentes, entre outros. Portanto, a diminuição de área florestal leva a uma redução na intensidade e variedade dos serviços ecossistêmicos



fortalecimento de espaços para a pactuação, a sensibilização e a *advocacy*, inclusive para fins de identificação de áreas para cooperação horizontal na modalidade triangular.

Resultado do UNDAF 3: Segurança e Cidadania

O tema da segurança e cidadania, assim como os demais temas desse UNDAF, toca diretamente na questão dos direitos humanos. Entende-se que a proteção a esses direitos é condição fundamental para a promoção da cidadania. O tema da Segurança e Cidadania contempla três áreas de resultado e visa enfrentar todas as formas de violência e exclusão que comprometem o pleno exercício da cidadania. Esse resultado do UNDAF. Uma primeira área de resultado busca fortalecer a gestão do conhecimento, promover ações de *advocacy* e fomentar a articulação entre diferentes atores nacionais no campo das políticas públicas relacionadas ao tema de Segurança e Cidadania. O segundo resultado igualmente tem por objetivo apoiar o governo na construção de indicadores que possam mapear as situações e caracterizar os contextos de maior vulnerabilidade, a partir da participação da sociedade civil no monitoramento dos sistemas de Justiça e Segurança Pública assim como das ações governamentais de formulação e implementação de políticas públicas. Uma terceira área de resultado trata da promoção de instrumentos e mecanismos para a proteção e preparo de emergências em geral, para além dos desastres naturais. A criação de um Plano Nacional de Prevenção e Alerta é parte dos resultados considerados importantes nessa área.

As modalidades de engajamento necessárias para a promoção desses resultados contemplam o apoio do Sistema das Nações Unidas na consolidação de capacidades locais para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas de segurança, e para a elaboração de diagnósticos de situação e de boas práticas, o fortalecimento de processos participativos, de controle social e de diálogo com a sociedade civil, o apoio na agenda de políticas de segurança, o apoio ao trabalho interesetorial para a garantia de direitos humanos, *advocacy* e o apoio ao desenvolvimento de políticas públicas para a prevenção a desastres naturais.

Resultado do UNDAF 4: Cooperação Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil tem se transformado nesses últimos anos em um grande vetor das relações internacionais promovida pelo país. A cooperação técnica sul-sul brasileira fundamenta-se em iniciativas que focalizam o aprimoramento de capacidades nos países parceiros do Brasil, sempre respeitando os interesses nacionais dessas nações e a apropriação dos mesmos no que diz respeito ao processo de internalização dos resultados da cooperação. Com a idéia de parceria, a cooperação sul-sul no Brasil abre espaços para o incremento das ações conjuntas com as Nações Unidas, como por exemplo, com os acordos trilaterais, que tem aumentado consideravelmente como opção para cooperação com terceiros países em desenvolvimento.



O Sistema das Nações Unidas tem vantagens comparativas e está bem posicionado para auxiliar, no marco dos compromissos internacionalmente assumidos, o compartilhamento de boas práticas entre países por meio do aperfeiçoamento de capacidades, do intercâmbio, da facilitação do envolvimento da sociedade civil com processos de cooperação Sul-Sul e de parcerias de cooperação triangular que poderiam potencializar recursos com uma abordagem focada na equidade. Para tal é preciso que se faça um mapeamento adequado das experiências brasileiras a partir de sua avaliação sistemática quanto ao seu potencial de disseminação e compartilhamento, junto com análises que gerem novos conhecimentos sobre as realidades dos países beneficiários³.

Portanto, o Sistema das Nações Unidas se coloca como parceiro na obtenção de resultados que podem ser subdivididos em três áreas principais:

A primeira área de resultados tem por objetivo o fortalecimento de uma cultura de cooperação intersetorial entre instituições brasileiras. Com isso, procura-se fortalecer novos mecanismos que promovam a geração de iniciativas de cooperação triangular, alinhadas à política brasileira de cooperação técnica na modalidade horizontal e que possam contribuir para agendas multilaterais, visando à participação de um número crescente de instituições públicas dos três níveis federativos, assim como de novos parceiros da sociedade civil, do setor privado, entre outros, sempre sob coordenação do Governo brasileiro.

A segunda área de resultados visa à uma ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento sistematizado, promovendo a construção conjunta de novas capacidades com parceiros de outros países a partir da experiência brasileira. Para isso, é preciso que experiências brasileiras sejam identificadas, consolidadas, avaliadas, sistematizadas e, em alguns casos, organizadas metodologicamente de forma a facilitar sua transferência e a promover um intercâmbio de experiências entre países com base no fortalecimento de capacidades. É necessário também mobilizar a sociedade civil, a academia, e os centros de excelência, de maneira que essas instituições participem da construção de possíveis novas modalidades de cooperação, sob coordenação do Governo brasileiro.

A terceira e última área de resultados tem por objetivo a estruturação das parcerias trilaterais de cooperação técnica entre o Brasil, o Sistema das Nações Unidas e os países em desenvolvimento, com base em programas mutuamente acordados. A configuração das parcerias trilaterais em programas oferece um espaço de planejamento conjunto que permite convergir as vantagens comparativas da cooperação Sul-Sul com pautas de interesse coletivo definidas em âmbito multilateral. A partir da complementaridade oferecida pela modalidade triangular de cooperação, o enfrentamento de problemas comuns a diferentes regiões do mundo ou dos desafios assumidos no âmbito de pactos internacionais, ganha uma alternativa adicional de ação.

³ Não se trata aqui nem de transferência nem de adaptação de experiências, mas de geração e desenvolvimento de conhecimento de outras realidades para que os instrumentos definidos dentro da realidade brasileira possam ser pertinentes e relevantes a essas novas realidades.



A cooperação triangular brasileira com organizações internacionais possibilita a elaboração de ações conjuntas e não é baseada em doações financeiras. Essa prática do Governo brasileiro amplia as possibilidades de complementaridade com a agenda de cooperação técnica bilateral Sul-Sul, além de promover a divulgação das boas práticas brasileiras para os outros países em desenvolvimento, na busca de ações mais efetivas, de longo prazo e sustentáveis. A troca de experiências e de conhecimento entre organismos internacionais e o Governo brasileiro representa oportunidade para ampliar, de um lado, o escopo da cooperação Sul-Sul bilateral do Brasil e, por outro lado, desenvolver e disseminar no âmbito das Nações Unidas os princípios e práticas da cooperação horizontal. Nesse sentido, as Nações Unidas e o Governo brasileiro poderão discutir a identificação de possíveis áreas temáticas para fins de cooperação triangular.

As modalidades de engajamento previstas para o Sistema das Nações Unidas no Brasil focam-se no nível político, na negociação de pautas e iniciativas de interesse coletivo e técnico, que contemplem um forte conteúdo de gestão do conhecimento; na articulação e na mobilização de atores locais; na gestão compartilhada de projetos; na realização de atividades e no levantamento de recursos a partir da interação entre escritórios e representações locais, sob coordenação do Governo brasileiro. Cabe enfatizar que a inclusão desse eixo estratégico, definido como uma das prioridades nacionais pelas autoridades brasileiras, é inovadora para um país dentro do UNDAF, devendo contribuir para a definição do papel das Nações Unidas em países como o Brasil.

Para concluir, é interessante observar que esse conjunto de novas prioridades estratégicas para o UNDAF (2012-2015) surge de modo coerente com o ciclo anterior do UNDAF, assim como com a sua revisão de meio-termo. Por exemplo, os resultados obtidos no UNDAF (2007-2011), em parceria com organizações da sociedade civil em 2009, no lançamento do Portal ODM, são agora uma ferramenta chave para a análise dos ODMs para todos os brasileiros e brasileiros com foco na redução das inequidades. A cooperação triangular horizontal surgiu como um novo tema já na revisão de meio-termo do UNDAF passado. A promoção da economia verde com trabalho decente expande uma área antes explorada pela prioridade 5 do UNDAF (2007-2011). Essa visão de longo-prazo, adaptada à evolução dos debates e às prioridades nacionais materializa-se na caracterização do novo ciclo UNDAF em função do valor agregado e vantagens comparativas, consolidadas intertemporalmente, do Sistema das Nações Unidas no país. As modalidades de engajamento a serem empregadas sinalizam um comprometimento com um novo modo de atuação da cooperação multilateral no país menos operacional e mais intensivo em conhecimento, *advocacy* e valor agregado técnico.



4. Seção sobre Estimativa dos Recursos Necessários

Estima-se que os recursos totais a serem mobilizados em apoio às estratégias do UNDAF durante o período de 2012-2015 situam-se em US\$ 229.350.972. Eles complementam os recursos já disponíveis de US\$ 661.943.256.

Os recursos financeiros estimados requeridos pelo Sistema das Nações Unidas para sua contribuição à realização de cada resultado esperado do UNDAF são apresentados na Matriz de Resultados no anexo. Estas contribuições incluem (i) alocações financeiras para cada organização das Nações Unidas provenientes de seus recursos orçamentários e (ii) recursos que as organizações devem mobilizar durante o ciclo do UNDAF além de seus recursos diretos, incluindo fundos de 'cost-sharing'.

Todos os números devem ser considerados como aproximações. Deve-se notar que os comprometimentos não são realizados através do UNDAF, mas por intermédio de documentos de projeto ou de programa finalizados subsequentemente.

Execução Financeira (em US\$)

Agências	Disponíveis (em US\$)	A Mobilizar (em US\$)
OIT	1.960.000	5.750.000
ONU MULHERES	1.670.000	15.300.000
PNUD†	544.000.000	-
UNAIDS	-	920.000
UNESCO*	106.013.256	124.080.972
UNFPA	3.300.000	8.600.000
UNICEF	3.000.000	72.000.000
UNHABITAT	2.000.000	2.700.000
TOTAIS	661.943.256	229.350.972

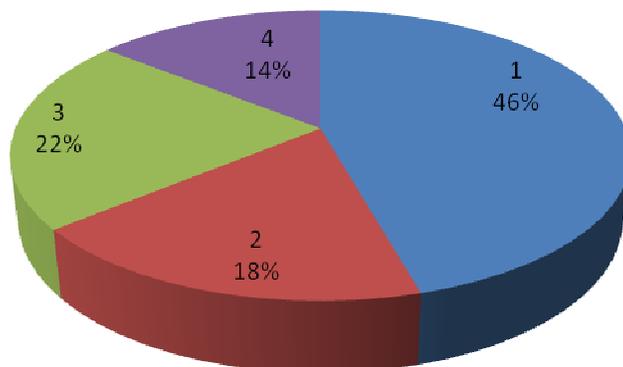
†Valor informado não diferenciou entre disponível e a mobilizar

* Valores informados em reais, convertidos pela taxa de câmbio de US\$ 1.6.

Em relação à distribuição dos recursos do UNDAF por eixo de atuação é possível visualizar a seguinte configuração com base nas tabelas e valores declarados pelas agências



Distribuição recursos UNDAF por eixo



5. Seção sobre Implementação

No novo marco de implementação da cooperação internacional proposto por este UNDAF dá-se ênfase em um conjunto de modalidades de engajamento do Sistema das Nações Unidas no país que centram suas principais ações na *advocacy*, na gestão do conhecimento, e no fortalecimento de capacidades individuais e locais com ênfase em grupos mais vulneráveis. Como tal, é um conjunto de modalidades cuja implementação é menos operacional (no sentido de execução de gastos) e mais substantiva (do ponto de vista dos conteúdos) e estratégica (no que se refere ao impacto). Os esforços para a harmonização de procedimentos operacionais deverão ser aprofundados, buscando modalidades de trabalho mais articuladas e eficientes entre as diferentes agências do Sistema das Nações Unidas

A atuação integrada do Sistema das Nações Unidas no Brasil conta com os escritórios compartilhados da Bahia e do Rio de Janeiro como ferramenta importante para a promoção dos objetivos do UNDAF. Os escritórios (a) ajudam a reduzir os custos operacionais, com economias que poderão ser aplicados em atividades programáticas; (b) tornam mais eficientes a implementação de *common non-project activities*; (c) promovem o diálogo interagencial com parceiros comuns; (d) incentivam a concepção de iniciativas conjuntas; e (e) contribuem para uma imagem coerente e unificada das Nações Unidas no país.



O voluntariado também poderá servir como mecanismo transversal para o alcance dos resultados definidos neste UNDAF. O programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU), por meio da promoção, integração e mobilização de voluntários e do fortalecimento de capacidades dos parceiros nacionais, contribui juntamente com as Agências do Sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento do país. Neste contexto, o voluntariado é uma ferramenta valiosa, pois cria oportunidades apropriadas para que os cidadãos participem nos processos de desenvolvimento e transforma as comunidades em motor de mudança e em ferramenta de sustentabilidade.

Ao implementar o UNDAF, o UNCT deve concentrar-se nos resultados onde o Sistema das Nações Unidas agrega mais valor de acordo com as prioridades nacionais do Brasil, em consulta e com a participação de um amplo grupo de parceiros, de modo a ser um instrumento estratégico de orientação das atividades do Sistema no país. O programa VNU, por meio de voluntários altamente qualificados, oferece um valor agregado para apoiar a transferência de conhecimento no contexto da cooperação sul-sul.

6. Seção sobre Monitoramento e Avaliação

O UNDAF é um documento estratégico, dinâmico, e deve ser revisado periodicamente. Construído a partir de um conjunto de prioridades nacionais, que podem ser desenvolvidas em várias direções, é um instrumento que precisa ser avaliado e monitorado. Por essa razão, o UNDAF deve ser adaptável e responder a mudanças nos contextos econômicos, político e social.

Esse ciclo do UNDAF está sendo planejado em antecipação ao ciclo de planejamento do Governo Federal. Apesar do novo Plano Plurianual-PPA brasileiro ainda estar em processo de construção, as diretrizes do UNDAF são alinhadas com as prioridades apresentadas pelo Governo Brasileiro e que estarão contempladas no PPA. No entanto, é importante ficar atento ao formato final do próximo PPA e, nesse sentido, definir com o Governo brasileiro, eventuais ajustes no UNDAF para assegurar um melhor alinhamento quando e se necessário.

As atividades de monitoramento e avaliação das ações de cooperação técnica, concebidas a partir do UNDAF devem ser conduzidas anualmente para que se possa avaliar o progresso em relação aos resultados esperados. Para isso, conta-se com a seleção de um conjunto de indicadores-chave, apresentados na Matriz de Resultados, conjuntamente com suas linhas de base e metas desejadas. Esses indicadores foram identificados para cada sub-área de Resultado. As revisões devem incluir parceiros nacionais estratégicos, como o Governo Federal, e outros parceiros que trabalham pelo desenvolvimento do país.



Dentro das programações das agências serão usados instrumentos periódicos para monitoramento e avaliação de modo a acompanhar o gerenciamento e a eficiência da colaboração do sistema das Nações Unidas com relação às atividades definidas e implementadas a partir de demandas do Governo brasileiro. Sempre que possível, os mecanismos de monitoramento e avaliação do UNDAF serão alinhados ao processo de monitoramento nacional e ao PPA. O Sistema das Nações Unidas continuará fortalecendo capacidades na coleta de dados, análise, criação de indicadores e medição de progresso. Em particular, o UNDAF deverá explorar as sinergias entre as políticas públicas brasileiras e os princípios programáticos das Nações Unidas, dentre os quais a abordagem de direitos humanos, sustentabilidade, justiça e paz.

=====



7. Assinaturas

Alto Comissariado das Nações Unidas para
Direitos Humanos

Alto Comissariado das Nações Unidas para
Refugiados

Centro de Informação das Nações Unidas

Comissão Econômica para a América Latina
e o Caribe

Entidade das Nações Unidas para Igualdade
de Gênero e o Empoderamento das
Mulheres

Escritório das Nações Unidas contra Drogas
e Crime

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Fundo de População das Nações Unidas

Organização das Nações Unidas para a
Agricultura e a Alimentação

Organização das Nações Unidas para a
Educação, a Ciência e a Cultura

Organização Internacional do Trabalho

Organização Pan Americana da Saúde/
Organização Mundial da Saúde

UNITED NATIONS



NAÇÕES UNIDAS

Organização para Desenvolvimento
Industrial

Programa Conjunto das Nações Unidas
sobre HIV/Aids

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento

Programa das Nações Unidas para o Meio
Ambiente

Programa das Nações Unidas para os
Assentamentos

Programa Mundial de Alimentos

União Internacional de Telecomunicações